

# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

Porto de Itajaí

**RESOLUÇÃO Nº. 02, DE 21 FEVEREIRO DE 2011**

**INSTITUI O REGULAMENTO GERAL DE PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO E DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS DE QUE TRATA A LEI N.º 8630, DE 25/02/93, ESTABELECE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O SUPERINTENDENTE DO PORTO DE ITAJAÍ, Administração e Autoridade Portuária do Porto Organizado de Itajaí, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, alterada pela Lei 11.314, de 3 de julho de 2006,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº. 8.630/93, que define as competências da Administração do Porto;

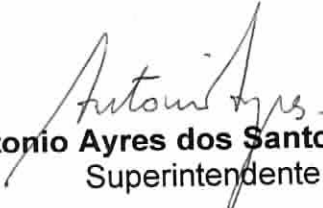
CONSIDERANDO o respeito às leis de Segurança, Saúde e Meio Ambiente; considerando a meta de atingir a excelência operacional no Porto Organizado de Itajaí,

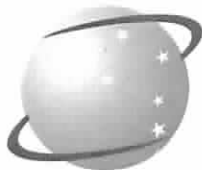
**RESOLVE:**

1 - Instituir o Regulamento Geral de Práticas de Fiscalização, que passará a vigorar na forma de Anexo I desta Resolução.

2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

  
**Antonio Ayres dos Santos Junior**  
Superintendente



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

Porto de Itajaí

## ANEXO I

### REGULAMENTO GERAL DE PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

#### Capítulo I

#### Das Definições e Competências

**Art. 1º** - Institui o Regulamento Geral de Práticas da Fiscalização, definindo que a fiscalização das atividades relativas às operações portuárias nas Áreas do Porto Organizado de Itajaí, será exercida pela ASPLAN, que deverá coordenar os procedimentos lavratura de Autos de Inspeção, Autos de Infração e instaurar os Processos Administrativos para aplicar as penalidades previstas no Art. 37 e seguintes da Lei 8.630/93.

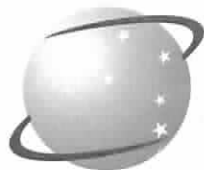
**§ 1º** - Para os efeitos deste Regulamento, as operações portuárias na Área do Porto Organizado de Itajaí abrangem:

- I. as atividades de carga e descarga das embarcações;
- II. as operações de manobras no canal de acesso, nas bacias de evolução e junto às instalações de acostagem;
- III. as atividades executadas nos cais, píeres e pontes de atracação, nas instalações, redes e sistemas localizados na faixa de cais e retro-área, dutos e vias de fluxo;
- IV. as atividades realizadas nas áreas, armazéns, pátios e terminais arrendados.

**§ 2º** - A Fiscalização abrange a verificação de conformidades de construção de instalações, bem como, de montagem e operação de equipamentos relativos ao exercício das atividades portuárias.

**§ 3º** Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

**I - ÁREA DO PORTO:** a área do Porto Organizado de Itajaí, onde se localizam as instalações portuárias, quais sejam: docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, assim como infra-estrutura de acesso aquaviário ao porto, margem do estuário e adjacências, canais, bacias de evolução e áreas de fundeios mantidas pela SURIN;



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

**II - PORTO ORGANIZADO:** o construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária; **(Redação dada pela Lei nº 11.314, de 2006);**

**III - SURIN:** é a **ADMINISTRADORA e AUTORIDADE PORTUÁRIA** do Porto Organizado de Itajaí, conforme atribuição facultada pela Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

**IV - ARRENDATÁRIA:** Empresa que celebra contrato de arrendamento, mediante licitação pública, com a SURIN;

**V - PORTO PÚBLICO:** a Instalação Portuária de Uso Público, localizada dentro da área do porto organizado de Itajaí, sob a gestão da Superintendência do Porto;

**VI - OGMO:** o Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário do Porto de Itajaí, nos termos definidos pela Lei nº 8.630/93;

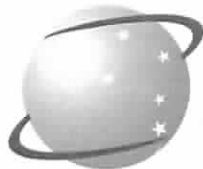
**VII - OPERAÇÃO PORTUÁRIA:** a de movimentação de passageiros ou a de movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários; **(Redação dada pela Lei nº 11.314, de 2006);**

**VIII - OPERADOR PORTUÁRIO:** a pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do porto organizado;

**IX - INSTALAÇÃO PORTUÁRIA DE USO PRIVATIVO:** a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário. **(Redação dada pela Lei nº 11.314, de 2006);**

**X - COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - CARI:** Comissão constituída pela SURIN para análise e julgamento de

recursos interpostos contra penalidades impostas às pessoas físicas e jurídicas que  
Rua Blumenau, 05 - C.P. 244 - CEP 88305-101 - ITAJAÍ - SC - Fone: (47) 3341-8000 - Fax (47) 3341-8075  
www.portoitaiai.com.br - CNPJ 00.662.091/0001-20



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

atuam na Área do Porto Organizado de Itajaí.

**Art. 2º** - São autoridades competentes para lavrar Autos de Inspeção e/ou de Infração e para instruir Processo Administrativo, os funcionários desta Autoridade Portuária designados por ato próprio para as atividades de fiscalização, adiante denominados apenas por Fiscalização.

**§ 1º** - O fiscal requisitará o auxílio da Guarda Portuária – GUAPOR , da Gerência de Operações- GEOPE e da Gerência de Meio Ambiente - GEAMB , dentre outros órgãos técnicos, sempre que constatar uma irregularidade, cabendo a estas citadas Gerências, após os devidos registros conforme o caso, comunicar o fato à Superintendência do Porto de Itajaí, que conforme a gravidade deverá informar a Polícia Federal, Receita Federal do Porto de Itajaí, à Capitania dos Portos e aos Órgãos Ambientais, da Vigilância Sanitária e do Trabalho.

**§ 2º** - Qualquer pessoa que constatar infração a este Regulamento Geral de Práticas de Fiscalização, ocorrida nas Áreas do Porto Organizado de Itajaí poderá comunicar o fato ou encaminhar representação à SURIN.

**§ 3º**- Todo o empregado da SURIN que constatar infração a este Regulamento Geral de Práticas de Fiscalização, ocorrida nas Áreas do Porto Organizado de Itajaí, deve comunicar o fato, com vistas à sua apuração imediata, sob pena de co-responsabilidade.

**§ 4º**- Os órgãos técnicos da SURIN, acionados para verificação de infrações ou atendimento a emergências, devem encaminhar relatório circunstanciado à Fiscalização, ASPLAN.

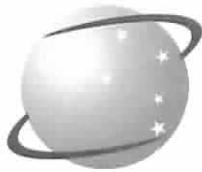
### Capítulo II

#### **Das Infrações**

**Art. 3º** - Constitui infração, além das tipificadas neste Regulamento, todas as ações ou omissões, voluntárias ou não, que importem em:

I. infringir ao disposto na Lei nº 8.630/93, em legislação aplicável e em legislação ambiental;

II. inobservância de normas, resoluções e regulamentos do Porto e da SURIN;



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

III. inobservância de normas, resoluções e regulamentos relativos à qualidade, segurança, saúde, meio ambiente e ao trabalho, às atividades marítimas e às operações portuárias, editadas e homologadas pelas autoridades competentes;

**Art. 4º** - As infrações se classificam em leves, graves e gravíssimas por suas conseqüências ou importância dos danos causados.

**§ 1º** - Infrações leves são as que não causem poluição ou não provoquem riscos ao Meio Ambiente, aos trabalhadores ou transeuntes; aquelas cujas conseqüências não causem danos relevantes; quais sejam:

- I. realizar atracação, movimentação ou desatracação de navio em Instalações do Porto Público, sem requisição e a presença da Fiscalização;
- II. descumprir as ordens estabelecidas ou instruções da SURIN no que se refere às operações de estiva, desestiva, carga e descarga, armazenamento, entrega e recepção e quaisquer outras atividades relacionadas com mercadoria;
- III. utilizar sem autorização os equipamentos portuários ou instalações da SURIN;
- IV. utilizar inadequadamente, ou sem as devidas condições de segurança, veículos ou equipamentos portuários, a serviço de qualquer Operador Portuário ou prestador de serviço, no âmbito do Porto Organizado de Itajaí;
- V. obstruir as áreas comuns, com cargas, equipamentos, veículos ou obras;
- VI. utilizar áreas secundárias comuns para movimentação de mercadorias.
- VII. deixar de atender as determinações da SURIN que objetivem resguardar as boas práticas operacionais; à segurança de pessoas ou patrimônio público

**§ 2º** - Infrações graves são aquelas que provoquem risco de poluição ou danos ao Meio Ambiente, à saúde, higiene ou à integridade física de trabalhadores e transeuntes, as que causarem danos materiais ou prejuízos à SURIN superiores a 1.000 (um mil) Unidades



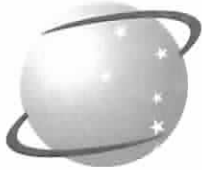
# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

Fiscais do Município de Itajaí, e as que seguem:

- I. realizar operações que impliquem em riscos ao Meio Ambiente, aos trabalhadores ou a transeuntes;
- II. realizar operações marítimas com perigo às obras, instalações, equipamentos portuários ou outros navios, ou sem tomar as precauções necessárias;
- III. praticar qualquer outra ação ou omissão que cause danos ou deterioração aos bens de domínio público portuário, ou dificultar seu uso ou exploração;
- IV. informar incorretamente, à SURIN, sobre o tráfego de navios, mercadorias, passageiros, e veículos de transporte terrestre;
- V. deixar de operar com regularidade e eficiência, tanto os serviços de carga e descarga de navios, bem como os de movimentação de cargas na área do Porto Organizado de Itajaí, atrasando os serviços sem justificativa;
- VI. deixar de efetuar durante o decorrer de cada operação, o recolhimento de resíduos ou produtos e a devida limpeza em toda a área do cais fronteiriço ao navio;
- VII. afixar publicidade exterior, não autorizada, no espaço portuário, assim como qualquer propaganda de natureza política, filosófica ou religiosa;
- VIII. não requisitar pessoal do Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO, quando o concurso do mesmo, for definido como necessário;
- IX. não informar à SURIN qualquer acidente de natureza ambiental, tão logo o mesmo ocorra.

**§ 3º** - Infrações gravíssimas são aquelas que provoquem poluição ou danos ao Meio Ambiente cuja mitigação tenha custo superior ao estabelecido neste parágrafo, aquelas que causarem lesões em trabalhadores ou transeuntes, aquelas que causarem danos materiais ou prejuízos à SURIN, superiores a 5.000 (cinco mil) Unidades Fiscais do Município de Itajaí, e as que seguem:



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

- I. realizar operações marítimas que causem dano às obras, instalações, equipamentos, mercadorias ou meios de transportes marítimos ou terrestres;
- II. realizar operações portuárias que causem dano às obras, instalações, equipamentos, mercadorias ou meios de transportes marítimos ou terrestres;
- III. deixar de registrar dados em documentos próprios ou não apresentar, na forma e nos prazos estabelecidos, os documentos comprobatórios de produção, movimentação, armazenagem e outros correlatos, especialmente sobre as datas e quantidades que sirvam de base para aplicação das tarifas portuárias;
- IV. prestar declarações ou informações inverídicas, ou omitir informações solicitadas, em especial que possam vir a por em risco instalações, equipamentos ou a integridade física dos trabalhadores ou pessoas;
- V. não manter registro atualizado dos bens e equipamentos da SURIN;
- VI. deixar de contratar e apresentar à SURIN as apólices de seguro previstas nos instrumentos contratuais e operacionais;
- VII. descumprir cláusulas dos instrumentos contratuais mantidos com a SURIN;
- VIII. não obter no prazo ou não manter as certificações internacionais exigidas (ISO 9000, ISO 14000 e OHSAS 18000 ou BS8800);
- IX. falsificar, adulterar, inutilizar, simular ou alterar registros de escrituração de livros e outros documentos exigidos na legislação, contratos e outras normas;
- X. violar ou inutilizar lacre, selo ou sinal empregado, por ordem da Fiscalização, para identificar ou cerrar estabelecimento, instalação, equipamento, obra, cargas, mercadorias ou acessórios;
- XI. extraviar, remover, alterar ou vender serviços, materiais ou equipamentos, em área do Porto Organizado de Itajaí, cuja instalação esteja suspensa ou interdita por determinação da SURIN;

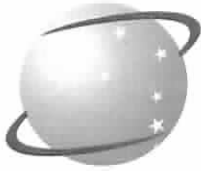


# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

- XII. deixar de atender quaisquer pedidos de informação/solicitação ou obstruir o exercício da Fiscalização;
- XIII. descumprir as exigências e os prazos para obtenção e manutenção dos certificados de licenciamento ambiental;
- XIV. deixar de fornecer em tempo hábil, a Lista de Mercadorias Perigosas (Resoluções DP nºs. 166.2003 e 114.2006) a serem movimentadas, ou ainda descumprir as normas, ordens e instruções sobre a manipulação e armazenamento de produtos perigosos em terra ou a ocultação proposital de suas reais condições;
- XV. construir ou alterar, sem o devido consentimento da SURIN, quaisquer tipos de obras ou instalações, dentro de terrenos pertencentes à União, assim como aumentar a superfície ocupada que esteja regulamentada por qualquer tipo de instrumento contratual;
- XVI. não realizar imediatamente o recolhimento e recuperação de produtos, mercadorias ou materiais suscetíveis de causar poluição ao Meio Ambiente;
- XVII. não promover a imediata reparação ambiental dos danos causados;
- XVIII. não mitigar imediatamente quaisquer incidentes ou acidentes que causem danos ambientais;
- XIX. não realizar o armazenamento temporário e a destinação final adequada de resíduos perigosos de incidentes ou acidentes;
- XX. não cumprir ou não fazer cumprir normas e regulamentos de proteção ao Meio Ambiente e à segurança e saúde do trabalhador portuário.
- Art. 5º** - As infrações serão apuradas em processo administrativo, que deverá conter os elementos suficientes para determinar a natureza da infração, a individualização e a gradação da penalidade, assegurando o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório.





# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

§ 1º - O prazo de prescrição das infrações começará a contar a partir da notificação da infração e será de 2 (dois) anos para as gravíssimas, 1 (um) ano para as graves e de 6 (meses) para as penas leves.

§ 2º - Caso ocorram infrações continuadas, na operação de um mesmo navio ou do mesmo evento operacional, o prazo de prescrição começará a contar a partir da finalização da atividade ou do último ato com o qual a infração acabe.

§ 3º - No caso das atividades constitutivas da infração, cujos efeitos sejam desconhecidos por não apresentarem indícios externos, o prazo começará quando estes se manifestarem.

§ 4º - Não obstante, qualquer que seja o tempo decorrido desde a ocorrência da infração, será exigida a reconstituição dos bens afetados, com sua reposição ao estado anterior, bem com a reparação e compensação ambiental necessárias.

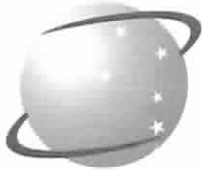
### Capítulo III

#### Das Penalidades

**Art. 6º** - Conforme determinado no Art. 37 e seguintes do Capítulo VII da Lei nº. 8.630/93, os infratores estão sujeitos às seguintes sanções, sem prejuízo das de natureza civil, penal e fiscal cabíveis:

- I. advertência;
- II. multa, de 2 (duas) até 435 (quatrocentos e trinta e cinco) Unidades Fiscais do Município de Itajaí;
- III. proibição de ingresso na área do porto por período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;
- IV. suspensão da atividade de operador portuário, pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;
- V. cancelamento do credenciamento do operador portuário.

§ 1º - Fica estabelecida a substituição da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, instituída pelo art. 1º da Lei 8.383, de 30.12.91, e extinta pelo §3º do art. 29 a Medida Provisória nº. 2.095-76, de 13.06.01, com força de lei, pela Unidade Fiscal do Município de Itajaí,



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

instituída pela Legislação Municipal.

**Art. 7º** - Será considerada a seguinte classificação das penas e multas:

- I. Infração leve (§ 1º, do Art. 4º), multa de 2 (duas) até 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município de Itajaí;
- II. Infração Grave (§ 2º, do Art. 4º), multa de 50 (cinquenta) até 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Município de Itajaí;
- III. Infração Gravíssima (§ 3º, do Art. 4º), multa de 200 (duzentas) até 435 (quatrocentas e trinta e cinco) Unidades Fiscais do Município de Itajaí;

**§1º**- O valor da multa será majorado em 30% (trinta por cento), até o limite máximo de cada classificação, sempre que o sujeito passivo cometer de forma reincidente a mesma infração, observado sempre o devido processo legal.

**§2º**- A multa deve ser recolhida no prazo de 30 (trinta), contados a partir da decisão administrativa definitiva.

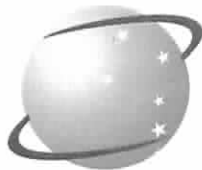
**§3º** - O não pagamento da multa no prazo estabelecido sujeita o infrator a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração, devidamente atualizado pelo INPC do IBGE.

**§4º** - No caso de instrumentos contratuais firmados com a SURIN, que contenham sanções para possíveis descumprimentos às cláusulas neles previstas, as mesmas prevalecerão sobre as existentes neste Regulamento e, no caso da infração cometida não estar prevista em contrato, o infrator arrendatário sujeitar-se-á a estas.

**§5º** - Da decisão que aplicar a penalidade, caberá recurso voluntário ao Conselho de Autoridade Portuária - CAP, independentemente de garantia de instância, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de intimação.

**Art. 8º** - Em casos excepcionais, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, a Fiscalização, como medida cautelar, poderá:

- I. interditar, total ou parcialmente, estabelecimento, instalação, equipamento ou obra, pelo tempo em que perduraram os motivos que deram ensejo à interdição;
- II. solicitar a apreensão de bens e produtos;



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

**§ 1º** - Ocorrendo a interdição ou apreensão de bens e produtos, o fiscal deve comunicar a ocorrência à autoridade competente e hierárquica no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade, encaminhando-lhe, cópia do auto de infração e da documentação que instrui, se houver.

**§ 2º** - Verificada a cessação das causas determinantes do ato de interdição ou apreensão, a autoridade competente desta Superintendência, em despacho fundamentado, determinará a imediata liberação ou devolução os bens ou mercadorias apreendidas.

**Art. 9º** - A pena de proibição de ingresso nas Áreas do Porto Organizado de Itajaí por período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias, será aplicada à pessoa física, notificada pela SURIN, quando:

I. empregado de empresas arrendatárias ou operadores portuários, quando em decorrência de infração que, por sua gravidade, colocar em risco a saúde ou a integridade física de pessoas;

II. empregado de empresas arrendatárias ou operadores portuários, quando em decorrência de infração que, por sua gravidade, colocar em risco equipamentos, bens móveis ou imóveis, sejam eles pertencentes à SURIN ou não.

**§ 1º** - Verificando-se a reincidência, o infrator estará sujeito, independentemente da gravidade da infração, à proibição de ingresso nas Áreas do Porto Organizado de Itajaí, por prazo sempre superior ao anteriormente definido, limitado a 180 (cento e oitenta) dias.

**§ 2º** - Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, ficará a mesma suspensa até o trânsito em julgado da decisão.

**Art. 10** - A pena de suspensão de atividade de operador portuário, pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias, será aplicada em casos de reincidências àquele que já tenha sido punido.

**Art. 11** - A penalidade de cancelamento do credenciamento do Operador Portuário será aplicada quando a pessoa jurídica autorizada:



# SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

## Porto de Itajaí

I. já tiver sido punida com suspensão de atividade de Operador Portuário e venha a cometer outra infração prevista nos artigos 3º e 4º deste Regulamento, desde que as mesmas não tenham ainda prescrito;

II. descumprir a pena de suspensão de atividade de Operador Portuário

§ 1º - Aplicada a pena prevista neste artigo, os responsáveis pela pessoa jurídica ficarão impedidos de exercer atividade de operador portuário por 3 (três) anos.

§ 2º - Art. 44. A aplicação das penalidades previstas nesta resolução, e seu cumprimento, não prejudica, em caso algum, a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável.

### Capítulo IV

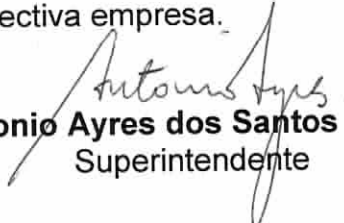
#### Das Disposições Finais

**Art. 12** - Conforme o caso e a gravidade as infrações e após a decisão definitiva proferida no processo administrativo, a autoridade competente da SURIN, sob pena de responsabilidade, encaminhará ao Ministério Público cópia integral dos autos, para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, nas Leis números 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.884, de 11 de junho de 1994, e 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e legislação superveniente.

**Art. 13** - A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

**Art. 14** - Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade sempre que esta constituir obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados as atividades portuárias.

**Art. 15** - Para os efeitos do disposto nesta Resolução, poderá ser exigida a documentação comprobatória de contratação e atendimento dos serviços relativos às atividades operacionais da respectiva empresa.

  
**Antonio Ayres dos Santos Junior**  
Superintendente